



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURÍDICAS E DOS SERVENTUÁRIOS DE ÓRGÃOS DA JUSTIÇA E AFINS, NO ESTADO DE RONDÔNIA

SICOOB CREDJURD

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Circulante		
Disponibilidades	557.562,83	332.965,11
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	22.472.986,47	14.273.068,12
Centralização Financeira - Cooperativas	22.472.986,47	14.273.068,12
Operações de Crédito (Nota 6)	5.704.289,36	5.300.235,42
Operações de Crédito	6.497.372,21	5.827.336,78
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(793.082,85)	(527.101,36)
Outros Créditos (Nota 7)	264.845,00	202.172,79
Créditos por Avais e Fianças Honrados	20.594,07	5.794,78
Rendas a Receber	249.465,03	188.601,97
Diversos	6.067,83	10.762,74
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(11.281,93)	(2.986,70)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	11.272,03	-
Despesas Antecipadas	11.272,03	-
Realizável a Longo Prazo	21.450.381,25	17.896.643,24
Operações de Crédito (Nota 6)	21.450.381,25	17.896.643,24
Operações de Crédito	21.450.381,25	17.896.643,24
Permanente	2.862.875,63	2.163.705,17
Investimentos (Nota 9)	1.854.307,00	1.416.787,00
Participações em Cooperativas	1.854.307,00	1.416.787,00
Imobilizado em Uso (Nota 10)	977.927,26	708.891,57
Imóveis de Uso	592.000,00	102.000,00
Outras Imobilizações de Uso	559.656,83	755.106,13
(Depreciações Acumuladas)	(173.729,57)	(148.214,56)
Intangível (Nota 11)	30.641,37	37.900,53
Ativos Intangíveis	72.591,62	72.591,62
(Amortização Acumulada)	(41.950,25)	(34.691,09)
Diferido	-	126,07
Gastos de Organização e Expansão	-	2.420,00
(Amortização Acumulada)	-	(2.293,93)
TOTAL DO ATIVO	53.324.212,57	40.168.789,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

P A S S I V O	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Depósitos (Nota 12)	35.561.781,67	25.522.638,08
Depósitos à Vista	34.703.067,43	24.822.426,50
Depósitos a Prazo	30.920.771,80	19.070.357,50
Relações Interdependências	3.782.295,63	5.752.069,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	6.843,94
Outras Obrigações (Nota 13)	858.714,24	693.367,64
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Ass	1.520,63	769,69
Sociais e Estatutárias	624.520,88	463.072,55
Fiscais e Previdenciárias	85.408,81	63.494,74
Diversas	147.263,92	166.030,66
Patrimônio Líquido (Nota 15)	17.762.430,90	14.646.151,77
Capital Social		
De Domiciliados no País	11.754.804,56	9.759.540,58
(Capital a Realizar)	11.760.204,56	9.759.540,58
	(5.400,00)	-
Reserva de Lucros	1.926.996,59	1.446.922,49
Sobras Acumuladas	4.080.629,75	3.439.688,70
TOTAL	53.324.212,57	40.168.789,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Descrição	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015	Em Reais
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.983.324,85	7.709.227,33	5.980.912,16	
Operações de Crédito	3.983.324,85	7.709.227,33	5.980.912,16	
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(642.579,39)	(1.113.866,64)	(530.239,78)	
Operações de Captação no Mercado	(304.035,35)	(638.823,55)	(592.679,23)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(338.544,04)	(475.043,09)	62.439,45	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.340.745,46	6.595.360,69	5.450.672,38	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	13.447,99	(269.894,79)	(274.415,60)	
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	58.519,32	149.878,62	71.959,66	
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	22.059,68	63.849,58	197.501,97	
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(616.238,41)	(1.354.414,88)	(982.011,61)	
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(601.653,38)	(1.179.380,89)	(1.010.733,71)	
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(11.990,17)	(24.960,27)	(10.188,25)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	636,21	
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais	260.347,86	350.397,70	158.799,64	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.007.493,91	1.893.952,79	1.436.041,29	
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais	(105.090,82)	(169.217,44)	(136.420,80)	
RESULTADO OPERACIONAL	3.354.193,45	6.325.465,90	5.176.256,78	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(49,23)	(467,38)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.354.193,45	6.325.416,67	5.175.789,40	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.570,62)	(20.502,39)	(7.384,85)	
Provisão para Imposto de Renda	(3.079,98)	(9.610,49)	(3.578,07)	
Provisão para Contribuição Social	(3.490,64)	(10.891,90)	(3.806,78)	
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-	(777.044,39)	(665.256,63)	
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(296.970,30)	(260.587,37)	
Reserva Legal	-	(480.074,09)	(404.669,26)	
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA)	3.347.622,83	5.527.869,89	4.503.147,92	
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(771.538,09)	(1.447.240,14)	(1.063.459,22)	
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	2.576.084,74	4.080.629,75	3.439.688,70	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Eventos					Em Reais
	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	 		
Saldo em 31/12/2014	7.456.747,47	(80,00)	1.042.253,23	2.327.389,01	10.826.309,71
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado				(2.326.463,57)	(2.326.463,57)
Ao Capital	925,44			(925,44)	
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.491.194,11	80,00			1.491.274,11
Por Devolução (-)	(231.110,78)				(231.110,78)
Estorno de Capital	(1.440,00)				(1.440,00)
Sobras ou Perdas Líquidas				5.168.404,55	5.168.404,55
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.063.459,22)	(1.063.459,22)
Subscrição do Juros ao Capital	1.063.459,22				1.063.459,22
IRRF sobre Juros ao Capital	(20.234,88)				(20.234,88)
FATES - Atos Não Cooperativos				(58.252,74)	(58.252,74)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva		404.669,26	(404.669,26)		-
. FATES			(202.334,63)		(202.334,63)
Saldo em 31/12/2015	9.759.540,58	-	1.446.922,49	3.439.688,70	14.646.151,77
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado				(3.430.528,45)	(3.430.528,45)
Ao Capital	9.156,22			(9.156,22)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(4,02)	(4,02)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.505.081,56	(5.400,00)			1.499.681,56
Por Devolução (-)	(912.386,50)				(912.386,50)
Reversões de Reservas			0,01	(0,01)	-
Sobras ou Perdas Líquidas				6.304.914,28	6.304.914,28
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(1.447.240,14)	(1.447.240,14)
Subscrição do Juros ao Capital	1.439.214,48				1.439.214,48
IRRF sobre Juros ao Capital	(40.401,78)				(40.401,78)
FATES - Atos Não Cooperativos				(56.933,26)	(56.933,26)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			480.074,09	(480.074,09)	-
. FATES				(240.037,04)	(240.037,04)
Saldo em 31/12/2016	11.760.204,56	(5.400,00)	1.926.996,59	4.080.629,75	17.762.430,90
Saldo em 30/06/2016	10.294.382,18	(8.400,00)	1.446.922,50	2.281.589,40	14.014.494,08
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	799.663,46	3.000,00			802.663,46
Por Devolução (-)	(732.653,78)				(732.653,78)
Sobras ou Perdas Líquidas				3.347.622,83	3.347.622,83
Remuneração de Juros ao Capital:					
Provisão de Juros ao Capital				(771.538,09)	(771.538,09)
Subscrição do Juros ao Capital	1.439.214,48				1.439.214,48
IRRF sobre Juros ao Capital	(40.401,78)				(40.401,78)
FATES - Atos Não Cooperativos				(56.933,26)	(56.933,26)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva			480.074,09	(480.074,09)	-
. FATES				(240.037,04)	(240.037,04)
Saldo em 31/12/2016	11.760.204,56	(5.400,00)	1.926.996,59	4.080.629,75	17.762.430,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em Reais

DESCRÍÇÃO	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	3.354.193,45	6.325.416,67	5.175.789,40
IRPJ / CSLL	(6.570,62)	(20.502,39)	(7.384,85)
Provisão para Operações de Crédito	299.379,43	265.981,49	(289.020,08)
Provisão de Juros ao Capital	(771.538,09)	(1.447.240,14)	(1.063.459,22)
Depreciações e Amortizações	17.557,67	33.549,26	31.987,88
	2.893.021,84	5.157.204,89	3.847.913,13
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito	(2.765.612,72)	(4.223.773,44)	(5.732.280,17)
Outros Créditos	(31.925,13)	(62.672,21)	(7.989,49)
Outros Valores e Bens	(8.865,71)	(11.272,03)	-
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	7.951.956,63	11.850.414,30	(2.151.471,39)
Depósitos sob Aviso	449,51	(1.283,14)	(1.129,33)
Depósitos a Prazo	89.184,47	(1.968.490,23)	5.327.068,72
Outras Obrigações	(384.657,88)	165.346,60	(203.146,68)
Relações Interdependências	-	(6.843,94)	(3.040,75)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	7.743.551,01	10.898.630,80	1.075.924,04
Atividades de Investimentos			
Alienação de Investimento	-	-	5.000,00
Inversões em Imobilizado de Uso	(112.145,95)	(295.199,72)	(97.032,96)
Inversões em Investimentos	(218.760,00)	(437.520,00)	(252.312,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(330.905,95)	(732.719,72)	(344.344,96)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	802.663,46	1.499.681,56	1.491.274,11
Devolução de Capital à Cooperados	(732.653,78)	(912.386,50)	(231.110,78)
Estorno de Capital	-	-	(1.440,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(4,02)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(3.430.528,45)	(2.326.463,57)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(56.933,26)	(56.933,26)	(58.252,74)
FATES Sobras Exercício	(240.037,04)	(240.037,04)	(202.334,63)
Subscrição do Juros ao Capital	1.439.214,48	1.439.214,48	1.063.459,22
IRRF sobre Juros ao Capital	(40.401,78)	(40.401,78)	(20.234,88)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.171.852,08	(1.741.395,01)	(285.103,27)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	8.584.497,14	8.424.516,07	446.475,81
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Íncio do Período	14.446.052,16	14.606.033,23	14.159.557,42
No Fim do Período (Nota 3 - c)	23.030.549,30	23.030.549,30	14.606.033,23
Variação Líquida das Disponibilidades	8.584.497,14	8.424.516,07	446.475,81

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURÍDICAS SERVENTUÁRIOS DE ÓRGÃOS JUSTIÇA E AFINS, ESTADO DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 20015

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de Órgãos da Justiça e Afins, no estado de Rondônia – SICOOB CREDJURD, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12 de março de 2001, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte – SICOOB NORTE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDJURD possui Postos de Atendimento (PAs) no Ministério Público do Estado de Rondônia e no Tribunal de Justiça de Rondônia.

O SICOOB CREDJURD tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) praticar nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração ou pela administração em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº1.376/, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.



3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

d) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB NORTE** avaliadas pelo método de custo de aquisição.

e) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios, entre outros equipamentos, as instalações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

f) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Valor recuperável de ativos – "*impairment*"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.



Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:



- ✓ eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ✓ eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	557.562,83	332.965,11
Relações interfinanceiras – centralização financeira	22.472.986,47	14.273.068,12
Total	23.030.549,30	14.606.033,23

5. Relações interfinanceiras

Em **2016** e **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	22.472.986,47	14.273.068,12
TOTAL	22.472.986,47	14.273.068,12

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB NORTE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.141,51	0,00	1.141,51	7.312,33
Empréstimos	6.496.230,70	21.450.381,25	27.946.611,95	23.716.667,69
(-) Provisões para Operações de Crédito	(793.082,85)	0,00	(793.082,85)	(527.101,36)
TOTAL	6.266.107,01	20.888.563,60	27.154.670,61	23.196.878,66

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015	
AA	-	Normal	2.520.019,62	0,00	2.520.019,62	0,00	2.587.896,20	0,00
A	0,50%	Normal	7.398.027,38	3.833,99	7.401.861,37	37.009,31	8.737.887,50	43.689,43
B	1%	Normal	11.164.117,91	121.380,08	11.285.497,99	112.854,98	6.983.128,73	69.831,28
B	1%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	3.340,38	33,40
C	3%	Normal	4.839.548,56	65.428,43	4.904.976,99	147.149,31	3.703.014,40	111.090,42
C	3%	Vencidas	14.616,04	0,00	14.616,04	438,48	100.214,28	3.006,88
D	10%	Normal	1.233.213,08	14.999,87	1.248.212,95	124.821,30	1.069.969,43	106.996,94



D	10%	Vencidas	30.334,45	0,00	30.334,45	3.033,45	47.066,72	4.706,67
E	30%	Normal	143.675,80	0,00	143.675,80	43.102,74	405.036,75	121.511,02
E	30%	Vencidas	15.239,64	0,00	15.239,64	4.571,89	12.370,05	3.711,01
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	22.526,38	11.263,19
F	50%	Vencidas	70.262,39	0,00	70.262,39	35.131,20	536,15	268,07
G	70%	Vencidas	93.620,13	0,00	93.620,13	65.534,10	0,00	0,00
H	100%	Normal	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	777,07	777,07
H	100%	Vencidas	216.467,67	968,42	217.436,09	217.436,09	50.215,98	50.215,98
Total Normal			27.298.602,35	207.642,37	27.506.244,72	466.937,64	23.510.236,46	465.159,35
Total Vencidos			440.540,32	968,42	441.508,74	326.145,21	213.743,56	61.942,01
Total Geral			27.739.142,67	208.610,79	27.947.753,46	793.082,85	23.723.980,02	527.101,36
Provisões			-785.418,59	-7.664,26	-793.082,85		-527.101,36	
Total Líquido			26.953.724,08	200.946,53	27.154.670,61		23.196.878,66	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.209.851,02	4.078.910,40	21.450.381,25	27.739.142,67
TOTAL	2.209.851,02	4.078.910,40	21.450.381,25	27.739.142,67

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial, Conta Garantida e Outros Créditos.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	31/12/2016	% da Carteira
Pessoa Física	208.610,79	27.739.142,67	27.947.753,46	100%
TOTAL	208.610,79	27.759.736,74	27.947.753,46	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	527.101,36	816.121,44
Constituições/Reversões	333.118,58	-65.426,15
Transferência para prejuízo	-67.137,09	-223.593,93
TOTAL	793.082,85	527.101,36

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	380.831,12	1,36%	257.495,22	1,09%
10 Maiores Devedores	2.121.285,65	7,58%	1.878.754,16	7,92
50 Maiores Devedores	7.260.712,11	25,96%	6.491.763,05	27,36%



g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	416.730,07	227.752,16
Valor das operações transferidas no período	67.137,09	223.593,93
Valor das operações recuperadas no período	-37.465,08	-34.616,02
TOTAL	446.402,08	416.730,07

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e fianças. Honrados (a)	20.594,07	5.794,78
Rendas a receber (b)	249.465,03	188.601,97
Diversos (c)	6.067,83	10.762,74
(-) Provisões para outros créditos (d)	-11.281,93	-2.986,70
TOTAL	264.845,00	202.172,79

- (a) Em **Avais e Fianças**, consta registro de saldo da cessão de crédito;
- (b) Em **rendas a receber** estão registrados os valores a receber de convênios firmados com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como de rendas de cartões e remuneração da centralização financeira;
- (c) Em **diversos** estão os impostos e contribuições a compensar; pendências a regularizar de curto prazo: BANCOOB e Avais/Fianças Honrados; e
- (d) Provisões para outros créditos de liquidações de Avais e fianças.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas	11.272,03	-
TOTAL	11.272,03	-

a) Em despesas antecipadas, estão registrados os prêmios de seguros,

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB NORTE**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.854.307,00	1.416.787,00
TOTAL	1.854.307,00	1.416.787,00



10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	281.888,65	586.351,74	-
Terrenos	490.000,00	0,00	-
Edificações	102.000,00	102.000,00	4
Móveis e equipamentos de Uso	193.253,74	104.833,72	10
Sistema de Comunicação	10.677,72	10.677,72	10
Sistema de Processamento de Dados	73.131,72	52.537,95	20
Sistema de Segurança	705,00	705,00	10
(-) Total Depreciação Acumulada	-173.729,57	-148.214,56	
TOTAL	977.927,26	708.891,57	

(a) as imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a serem depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	72.591,62	72.591,62
(-) Amortizações Acumuladas de Ativos Intangíveis	-41.950,25	-34.691,09
TOTAL	30.641,37	37.900,53

O valor registrado na rubrica “Intangível” refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em 22 de julho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas Filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	30.920.771,80	19.070.357,50
Depósito Sob Aviso	7.063,33	8.346,47
Depósito a Prazo	3.775.232,30	5.743.722,53
TOTAL	34.703.067,43	24.822.426,50



Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Relação dos Maiores Depositantes

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	1.258.313,46	3,64%	1.226.488,04	4,96%
10 Maiores Depositantes	9.329.853,00	26,98%	8.152.523,72	32,98%
50 Maiores Depositantes	19.391.198,25	56,07%	15.837.337,26	64,08%

13. Outras Obrigações

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Resultado de Atos Com Associados (a)	501.496,58	402.450,03
FATES - Resultado de Atos Com Não Associados (a)	117.555,78	60.622,52
Cotas de Capital a Pagar (b)	5.468,52	0,00
TOTAL	624.520,88	463.072,55

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	86.929,44	64.264,43
TOTAL	86.929,44	64.264,43

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	5.751,66	0,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	760,91	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	87.178,61	72.785,24
Provisão para Passivos Contingentes (d)	11.759,36	8.917,02
Credores diversos – País (e)	41.813,38	84.328,40
TOTAL	147.263,92	166.030,66

- a) Refere-se a obrigações a pagar a fornecedores;
- b) Refere-se a saldo de conta salário a pagar;
- c) Provisão para pagamento a efetuar com despesas de pessoal;



- d) Provisões para garantias prestadas;
- e) Neste grupo de contas estão registradas as pendências a regularizar de curto prazo e a provisão das despesas com a central.

14 . Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDJURD** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	11.754.804,56	9.759.540,58

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras líquidas do exercício findo em 31/12/2015, no valor de R\$3.439.688,70 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta centavos) foram destinados aos cooperados, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício de 2016.

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	129.314,83	66.554,02
Despesas apropriação na proporção das receitas de atos não cooperativos - Res 129/16	-51.879,18	-916,43
Resultado operacional	77.435,65	65.637,59
Imposto de Renda e Contribuição Social	-20.502,39	-7.384,85
Resultado de atos não cooperativos (Resultado Líquido)	56.933,26	58.252,74

17. Provisão de Juros ao Capital (quando aplicável)

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.



18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2016**:

Montante das Operações Ativas	% em Relação à Carteira Total
R\$ 105.100,00	0,79

Operações ativas e passivas – saldo em **2016**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	222.159,91	3.064,35	0,79

Foram realizadas transações com partes relacionadas, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	6%	6%
Empréstimos	3,33%	1,8% consignado e 3,5% Conta Corrente
Aplicação Financeira	100% do CDI	100% do CDI

Demonstramos no quadro abaixo, os valores utilizados em coobrigações pelas partes relacionadas no exercício de 2016:

Natureza	Valores Utilizados em Coobrigações	PLD dos Valores Utilizados	Percentual em Relação ao Total das Coobrigações
Pessoa Física	41.581,70	250,95	1,96%

No exercício de **2016**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e contribuição à Previdência Social, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários	128.977,00
Cédulas de Presença	70.356,00
Encargos Sociais (INSS)	39.866,60
Total	239.199,60



19. Cooperativa Central - SICOOB NORTE

O COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DAS CARREIRAS JURÍDICAS SERVENTUÁRIOS DE ÓRGÃOS JUSTIÇA E AFINS, ESTADO DE RONDÔNIA - SICOOB CREDJURD, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - SICOOB NORTE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB NORTE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB NORTE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDJURD** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB NORTE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB NORTE**, em 11/08/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 30/06/2016, com opinião sem modificação.

As demonstrações contábeis do **SICOOB NORTE**, em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outra auditoria independente que emitiu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 11 de agosto de 2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa esteve responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.119.980,28 (Dois milhões, cento e dezenove mil, novecentos e oitenta reais e vinte e oito centavos), referentes ao aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

23. Gerenciamento de Risco e de Capital

23.1 Risco operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do



Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 Risco de mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDJURD** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDJURD** aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDJURD** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

23.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDJURD** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB CREDJURD** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) No gerenciamento de risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDJURD** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.



23.4 Gerenciamento de capital

- a)** A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDJURD** objetiva garantir a aderência as normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.
- b)** Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o **SICOOB CREDJURD** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c)** O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo continuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - I.** Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II.** Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.
 - III.** Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d)** Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Porto Velho/RO, 26 de janeiro de 2017.

RONDINÉLIA ALVES CHAGAS
Diretora Executiva

ELEAQUIM SOARES DE MORAES
Diretor Adm./Financeiro

JOSE FRANCA DA SILVA
Diretor Operacional

JOSÉ CARLOS C. DA CUNHA
Contador CRC/RO 2897/0-5